

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

ESTADO DE SÃO PAULO

# Saúde — caos e recursos

29 OUT 1994

**E**xiste um fato consensual hoje no Brasil: temos um completo caos no sistema público de saúde. As causas desse caos são óbvias: o governo federal desfinanciou a saúde e, pela Instrução Normativa 01/91, de janeiro de 1991, recentralizou o gerenciamento e os seus recursos. Faltou competência em todas as instâncias governamentais para reverter essa situação.

Por outro lado, é incrível, mas é verdade, o Ministério da Saúde não tem recursos próprios. Eles vêm da Previdência Social. Quando o ministro Britto resolveu pagar aos aposentados, não sobrou verba para a saúde, e o pior é que esse falso dilema (pagar a aposentados ou atender à população doente) foi aceito como verdadeiro pelo presidente Itamar. Somente o que sobra na Previdência vai para a saúde, que, com esses parcos recursos,



**Um dia o povo terá consciência de que lhe estão roubando um direito**

dá prioridade ao pagamento da assistência médica, particularmente dos hospitais privados contratados, em detrimento das ações preventivas e programáticas do sistema público e dos hospitais filantrópicos.

Quanto aos valores utilizados pelo Ministério da Saúde, um aspecto é inegável: eles diminuíram assustadoramente. Em 1987, eram de US\$ 80 per capita/ano; em 1993, de US\$ 30; e em

1994, pelas informações que o próprio ministério tem dado, estão em torno de US\$ 20 per capita. Portanto, de um terço a um quinto do que eram, enquanto os problemas de saúde aumentaram com a fome e o desemprego. Para se ter um parâmetro basta dizer que os países desenvolvidos destinam de US\$ 1.200 a US\$ 1.500 por habitante/ano ou 13% a 15% dos seus orçamentos (que são significativos) e com tendência a au-

mentar, enquanto, no Brasil, estamos destinando de 2% a 3% do nosso, com tendência a diminuir. É evidente que não há sistema que resista com tal nível de desrespeito e de desfinanciamento.

A solução só existirá se houver vontade política e competência. O primeiro passo é garantir, por meio do Congresso, um orçamento de, no mínimo, 10% para a saúde, o que é inferior aos 18% da educação, mas que multiplicaria, desde logo, por quatro os gastos do governo federal em saúde.

Por outro lado, é fundamental descentralizar o gerenciamento e o uso desses recursos, incluindo-se aí as AIHs, por meio de um amplo processo de municipalização, como o que ocorreu em São Paulo entre 1987 e 1991, com excelentes resultados. Esse trabalho foi desmontado pela Lei 8.142, de dezembro de 1990, que transformou os municípios de gestores dos Sistemas Locais de Saúde em meros prestadores de serviço e recebeu, agora, um golpe de misericórdia, com a retirada de recursos dos Estados e municípios, pelo inusitado Fundo de Emergência. E, finalmente, é preciso hierarquizar,

de forma totalmente inversa, as prioridades de uso, colocando, em primeiro lugar, o setor público e filantrópico e, depois, os hospitalares privados lucrativos. Estes últimos deverão receber recursos suficientes para pagar as suas ações de saúde, sem prejuízo e até com certo lucro, mas deverão ser continuamente controlados e avaliados. Isso só será possível se a gestão, o controle e a avaliação forem descentralizados. Prioridades se faz nas ações e nos recursos, e não nos discursos.

Um dia o povo terá consciência de que saúde não é um favor, mas um direito que lhe está sendo roubado, crucificará politicamente os usurpadores e incompetentes e exigirá o óbvio: que os recursos arrecadados para a saúde sejam utilizados com competência na própria saúde e que os progressistas cumpram o seu dever, garantindo a obediência à Constituição para oferecer cidadania plena a todos os brasileiros.

■ **José Aristodemo Pinotti, deputado federal eleito (PMDB-SP), foi secretário da Saúde e da Educação do Estado de São Paulo**